

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

Precarização do trabalho no setor cultural

Insumos para a consolidação de um debate

TATIANA GENTIL DO PRADO

Abril de 2017

Trabalho de conclusão do curso de especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, sob orientação do(a) Prof. Dr. Danilo Júnior de Oliveira

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR CULTURAL: INSUMOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UM DEBATE¹

Tatiana Gentil do Prado²

RESUMO

O presente artigo visa lançar luz ao tema da precarização no mercado de trabalho cultural, identificando conceitualmente os elementos que assim a caracterizam e discorrendo sobre a insuficiência de estudos e indicadores que possam contribuir para a consolidação deste debate e para representatividade dos profissionais do setor. Tem-se como proposta aproximar a perspectiva dos trabalhadores da cultura das incipientes iniciativas que emanam das políticas públicas brasileiras para este setor.

Palavras-chave: cultura, trabalho, precarização

ABSTRACT

This article intends to instate on the precariousness of the cultural labour, conceptually recognizing elements to so define it and verifying the lack of relative studies and summary reports that shall contribute to a solid debate and the representativeness of the cultural workers. It also proposes approaching the cultural worker's perspective to the incipient initiatives that emanate from the Brazilian public policies for this sector.

Key words: culture, work, precariousness

RESUMEN

Este artículo intenta arrojar luz a la cuestión de la precariedad del mercado de trabajo cultural, identificando conceptualmente los elementos que así lo caracterizan y demostrando la falta de estudios y indicadores que pueden contribuir a la consolidación de este debate y mejor representación de los profesionales de la industria. Él tiene como propuesta acercar la perspectiva de los trabajadores culturales de las incipientes políticas públicas brasileñas para este sector.

Palabras clave: cultura, trabajo, precariedad

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos pelo Centro de Estudos Latino-Americanos em Cultura e Comunicação – Escola de Comunicação e Artes/USP.

² Bacharela e licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.

Uma introdução à precarização do trabalho

Embora não haja uma definição conceitual estrita para o termo³, a precarização do trabalho vem sendo abordada, no campo da sociologia, como um processo historicamente datado, cujas origens mais remotas remontam às reconfigurações dos países em crise no pós-guerra⁴. Modelando-se com maior intensidade na indústria, a partir dos anos 1980 – década da grande recessão econômica mundial que pôs à prova o modelo taylorista-fordista e precedeu os avanços tecnológicos da automação e da informática –, os avanços da precarização foram marcados inicialmente por uma dinâmica dupla que, sem prejuízos à produtividade do setor, passou a reduzir o seu número de trabalhadores e a exigir dos que restassem altíssima qualificação.

Para além das fábricas e dos índices de desemprego estrutural daí derivados, o fenômeno da “subproletarização”, decorrente da expansão privatista por meio do setor de serviços, instituiu a onda de subcontratações, terceirizações e flexibilizações de direitos que hoje encontram o seu auge no modo de produção capitalista, especialmente nos países sem histórico de políticas de bem-estar social. Junte-se a isso que as novas formas de empregabilidade que passaram a vigorar com o paradigma da flexibilização, bem como fatores conjunturais – como a incorporação do trabalho feminino – intensificaram a heterogeneidade da classe trabalhadora, contribuindo também para o enfraquecimento das representações sindicais que poderiam justamente frear os avanços da precarização⁵.

Os estudos acerca da precarização do trabalho são complexos, principalmente se considerarmos os diferentes entendimentos quanto ao que caracteriza o fenômeno. Associado principalmente à informalidade, desde as intensas crises econômicas do início dos anos 1980 – em 1981 os índices nacionais já apontavam para 28% do total de ocupações no Brasil como sendo informais⁶ – este é o foco que mais teve atenção nos levantamentos e pesquisas quanto ao comportamento do mercado de trabalho geral.

³ Na busca por referenciais teóricos sobre o tema, o que se percebe é que usualmente, o termo “precarização” é empregado em sua denotação vernacular convencional (tornar precário, escasso, incerto, instável), sendo acompanhado, no contexto da sociologia do trabalho, das expressões referentes aos fenômenos da expansão do setor de serviços e da terceirização, da perda de garantias sociais, da desproteção legal, do regime temporário e da jornada parcial. Quanto à origem do termo, ver BARBIER, 2014, p. 5.

⁴ Já em 1954, fase embrionária do toyotismo, observa-se o processo de cooptação empresarial do até então combativo sindicalismo japonês (ver ANTUNES, 2015, p. 44)

⁵ Idem, p. 80.

⁶ Informações do PNAD/1981, in ULYSSEA (2006), p. 596.

Devido às dificuldades em defini-la e dimensioná-la em sua amplitude, conforme os apontamentos de ULYSSEA (2006), apenas em meados dos anos 1990, quando os índices de informalidade no Brasil sofreram grande elevação, juntamente à alta proporção de trabalhadores por conta própria e a expansão do setor de serviços, é que a literatura econômica brasileira passou a se aprofundar nas causas e nos efeitos da precarização pelo viés da informalidade – mesmo que, também para este último termo, uma definição precisa permaneça [e talvez sempre permanecerá] em discussão. Até então os economistas não haviam se atentado à dissociação entre os avanços da informalidade, tida como principal sintoma da precarização, e os períodos de crise, quando aquela deixaria de ser considerada um fenômeno cíclico para ser analisada enquanto questão estrutural e merecedora de outros aprofundamentos⁷.

Na história e nas ciências sociais, o marxismo já havia discorrido há muito quanto à centralidade do trabalho, enquanto elemento, na manutenção da ordem social e do modo de produção capitalista. Mais recentemente, o marxismo autonomista, com destaque para o *Operaismo* italiano, trouxe consigo questões que se aproximavam dos sentidos que o trabalho – *per se*, enquanto instituição e modo de geração de valor – tinha para o trabalhador em sua subjetividade⁸. Nesta perspectiva, não apenas o processo de informalização, como principalmente os efeitos que dela decorrem, são objetos que merecem aprofundamento analítico para além dos sintomas econômicos.

Antunes (2015), ao resgatar os diferentes entendimentos teóricos acerca da centralidade do trabalho no contexto da precarização, destaca o processo que transforma a classe trabalhadora em um corpo cada vez mais heterogêneo em decorrência da flexibilização. Este novo paradigma é o grande responsável por alimentar a crescente dinâmica da informalidade, dentre outros fatores estruturais, por meio da expansão do setor de serviços e, conseqüentemente, das terceirizações. Hardt e Negri (2001) observam que um dos principais sintomas da pós-modernidade, na esfera do trabalho, é a homogeneização que as novas tecnologias informacionais e de comunicações conferem às diferentes atividades laborais. Na chamada “sociedade de serviços”, delas são subtraídas, cada vez mais, a dimensão concreta de sua utilidade e a noção de seu *valor de uso*, ao passo que uma nova divisão de trabalho surge em decorrência do

⁷ ULYSSEA, 2006, p. 598.

⁸ ANTUNES, 2015.

crescimento no número de empregos que operam o manuseio simbólico, criativo e intelectual das formas de produção⁹.

Se por um lado a classe trabalhadora se vê prejudicada em sua organização e representatividade pela complexidade de seu conjunto, por outro, o indivíduo passa a atuar, na esfera do trabalho, sob a dinâmica do paradigma informacional que cada vez mais descaracteriza a forma como ele realiza suas atividades e as apreende em termos simbólicos. Todavia, o trabalho imaterial¹⁰, que advém com a produção de serviços na era da “informacionalização”, possui para Hardt e Negri (2001), que o associam ao conceito marxista de trabalho abstrato, ao menos uma faceta otimista, associada à descentralização do poder por meio da produção em rede e do trabalho afetivo e cooperado, que não podem ser eliminados nem mesmo pela pós-modernidade¹¹. Para Antunes (2015), entretanto, que não discorre sobre esta possibilidade, a intensificação do trabalho abstrato é complementar à fragmentação da classe trabalhadora, na medida em que promove também o esvaziamento de todos os sentidos que o trabalho deveria possuir nas longas jornadas da esmagadora maioria de indivíduos que dele sobrevivem.

Com efeitos perceptíveis, analisados não apenas nas esferas da economia e das ciências sociais, mas nelas sobretudo, a precarização e o processo histórico que a permeia são embuídos de fatores que alimentam a dinâmica de flexibilizações e contribuem para uma reestruturação produtiva cada vez mais assentada na expansão do trabalho informal, parcial, subcontratado, terceirizado, temporário ou intermitente. Algumas áreas, no entanto, como as artes, especificamente, e o setor cultural em geral, tendem a uma maior absorção e reprodução destes modelos, podendo inclusive ser consideradas “laboratórios de flexibilidade” em uma era de incertezas político-econômicas, como afirma o sociólogo francês Pierre-Michel Menger¹².

Tendo em vista que a temática é objeto de recente exploração na economia da cultura brasileira, cujas análises em geral tem sido direcionadas aos fazeres artísticos e suas idealizações¹³, torna-se necessária uma reflexão ampliada que objetive a aproximação e o debate entre o amplo espectro de trabalhadores culturais – composto não apenas por este segmento – e as instâncias do poder público que regem este setor.

⁹ HARDT e NEGRI, 2001, p. 312.

¹⁰ Entendido como o “trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação”, conforme definição de HARDT e NEGRI (2001), p. 311.

¹¹ HARDT e NEGRI, 2001, p. 315.

¹² CERQUEIRA, 2015, p. 14.

¹³ Como nas investigações das pesquisadoras Juliana Coli (2006), Lílina Segnini (2007) e Amanda Cerqueira (2015).

Precarização e cultura: uma aproximação temática

No campo da Cultura, a abordagem da precarização do trabalho assume contornos complexos e peculiares. Se para coletar e analisar os dados nacionais do mercado de trabalho como um todo os institutos de pesquisa avançada em economia e estudos demográficos precisam, a partir de configurações e classificações setoriais prévias, mapear seus respectivos índices de informalidade, formas de vínculo e faixas de rendimento; no campo da cultura, em que a diversidade de fazeres, saberes e concepções de trabalho tornam este mercado ainda mais heterogêneo, desvinculado dos direitos trabalhistas e das formas tradicionais de representação sindical, o mapeamento da precarização envolveria inicialmente o estabelecimento de certos consensos, como, por exemplo, a predefinição da cultura enquanto setor econômico e mercado de trabalho peculiarmente diverso nos levantamentos estatísticos

O estudo do mercado de trabalho cultural envolve questões que vão desde os avanços pontuais das políticas públicas e demais bases materiais que oferecem sustentação a este setor até a forma como ocorre a valoração dos processos criativos inerentes a esta economia – cuja constituição, por si só, deve ser relativizada antes de se estabelecer uma definição de “produtividade”. Diferentemente do mercado geral, o setor cultural abrange segmentos produtores, difusores e mantenedores de bens simbólicos, e estes tendem a ser menos resilientes ao imperativo da lógica de mercado, que regula o grande conjunto das relações de trabalho e assegura a manutenção econômica das diversas cadeias produtivas do mercado em geral.

Em estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Econômicas Avançadas¹⁴ para mapeamento das condições do mercado de trabalho cultural, dentre os impasses inerentes a um levantamento estatístico interdisciplinar, menciona-se a dificuldade de reconhecimento prévio, por parte da comunidade artística, de que a dimensão profissional de sua obra ou atividades culturais sejam parcialmente redutíveis aos aspectos econômicos que circunscrevem este campo. Este ponto de vista é abordado também no campo das ciências sociais, conforme observa a socióloga Liliana Segnini, no que tange aos profissionais das artes do espetáculo – cabendo uma ampliação deste entendimento a um grande espectro do setor cultural como um todo:

¹⁴ A evolução do Mercado de trabalho cultural: 2002-2008 (IPEA: 2011, p. 229)

“O trabalho do artista é frequentemente analisado privilegiando sua performance ou obra, expressões resultantes de processos de trabalho que possibilitam a interpretação, a criação. No entanto, as relações de trabalho e profissionais, implícitas nestes processos, são pouco analisadas e contextualizadas. A obra é revelada, o trabalho que a elabora é frequentemente silenciado ou ainda pior, ofuscado por idealizações.”

(SEGNINI, 2007: p. 2)

Não há dúvidas quanto às idealizações acerca da figura do artista e da arte, associadas ao imaginário do talento inato, da inspiração e da genialidade¹⁵, bem como às determinantes sociais dos capitais cultural e de consumo e do direito ao ócio criativo. Com relação a estas últimas propriedades, talvez nos restritos grupos sociais que se encaixam nesta categorização não haja, de fato, grande aceitação diante dos imperativos econômicos que possam de alguma forma interferir na qualidade da obra por trazer à arte, justamente, a dimensão da produtividade e precificação típicas do modo de produção capitalista. No entanto, ainda que no campo acadêmico, também pertencente em grande parte do que constitui seu corpo às elites sociais, as idealizações possam ofuscar ou obstruir o caminho para uma investigação aprofundada quanto à economia e ao mercado de trabalho cultural, recentes manifestações de movimentos autônomos de trabalhadores da cultura, em grande parte encabeçados por artistas e produtores culturais locais, vem mostrando que a precarização do trabalho não só atinge o setor cultural como também compromete sua sustentabilidade econômica.

Ou seja, enquanto uma parcela restrita do setor resiste à associação do fazer artístico ou cultural aos imperativos econômicos da produtividade, por entendê-la como uma corruptela do valor da obra de arte em sua liberdade expressiva e processos criativos, a outra parcela, identificada como *trabalhadora* do setor, mobiliza-se por reconhecimento e, senão majoritariamente por melhores condições de trabalho, ao menos pelo fortalecimento do setor pela via das políticas públicas que o fomentam e que asseguram, ao menos em parte, a economia do setor e sua diversidade.

Em se tratando de um campo, quiçá o único, em que a utopia encontra concretização, ao menos pictórica ou figurativa, compreenderemos a coexistência do ponto de vista das idealizações, independentemente dos setores sociais que a encabeçam, como vital ao fazer artístico em sua essência e, em certa medida, benéfico à resistência cultural frente aos avanços do capitalismo. No entanto, dada a reduzida,

¹⁵ CERQUEIRA, 2015, P.

recente e necessária exploração da cultura e da arte enquanto trabalho, bem como a afinidade e a identificação autoral com a temática, esta pesquisa privilegiará e dará voz ao segundo ponto de vista, afinal, para além das inquietações deste conjunto majoritário de pessoas que vivem do trabalho cultural:

“As tensões entre arte *trabalho* e *profissão* evidenciam que o trabalho que produz arte é submetido a controles criados na esfera da produção do valor, mesmo que os referidos controles sejam justificados em nome da “qualidade artística” e não do valor criado – de difícil mensuração, é verdade, mas não deslocado da esfera ampliada de acumulação do capital.”

(Idem)

As crises inerentes ao ponto de vista dos trabalhadores da cultura tem se demonstrado nas mais diversas manifestações e ocupações culturais promovidas por profissionais, produtores e públicos deste setor ao redor do mundo.

Em 2007, os roteiristas de Hollywood mobilizaram uma grande greve que, estima-se, possa ter causado prejuízos da ordem de US\$1 bilhão aos cofres californianos. A greve de cem dias foi motivada pelo novo formato de séries televisivas que se multiplicaram e alcançaram novas formas de distribuição e ampliação de receitas, enquanto a diminuição na quantidade de episódios por temporada e a manutenção da sistemática de remuneração por capítulo afetavam a remuneração destes profissionais – uma nova greve está sendo discutida para este ano, devido ao término do último acordo coletivo firmado entre o sindicato dos roteiristas e os estúdios de Hollywood¹⁶.

Na Itália, a série de manifestações de profissionais da cultura no início de 2011, pelo chamado *Lavoratori dell'Arte*, culminou com a criação do Novo Centro de Artes e Pesquisa MACAO, em Milão. Artistas e profissionais da cultura tomaram um arranha-céu de 33 andares na tentativa de criar uma alternativa de sustentabilidade frente à onda de terceirizações e o sucateamento de equipamentos culturais públicos¹⁷. Na França, manifestações com grande amparo sindical ocorreram pelo país em 2014 após a aprovação da Lei dos Intermitentes (trabalhadores informais de regime temporário), o que afetou diretamente o acesso dos artistas e profissionais da cultura à seguridade

¹⁶ GONZALEZ, Sandra. LOWRY, Brian. Why Hollywood's writers might be headed for a strike. 30 mar. 2017. Disponível em <<http://money.cnn.com/2017/03/29/media/writers-strike-wga-2017/>>. Acesso em 9 abr. 2017.

¹⁷ FOTI, Alex. Skyscraper Squatted: The Precarized Cognitariat Rises in Milano. *Milano X*, publicado em 9 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.milanox.eu/skyscraper-squatted-the-precarized-cognitariat-rises-in-milano>>. Acesso em 27 mar. 2017.

social que era garantida por lei desde 1936¹⁸. As manifestações de trabalhadores da cultura contra os cortes de verba pública para o setor e as consequências das terceirizações também tiveram repercussão internacional em países como Sérvia (2013)¹⁹, Turquia (2014)²⁰ e Eslovênia (2015)²¹ – nestes dois últimos, respectivamente, com uma ameaça coletiva e um episódio individual de greve de fome.

Entre as conquistas internacionais, não sem pressões da sociedade civil, no final de 2016 o Equador aprovou a *Ley Organica de Cultura*, que prevê ampliação das políticas públicas para o setor e garantias ao trabalhador deste campo, como a obrigatoriedade da seguridade social para as mais diversas modalidades de contratação destes profissionais²². Dois anos antes, em 2014, a Venezuela já havia se disposto a “saldar uma dívida histórica” com os trabalhadores da cultura, aprovando a *Ley de Protección Social al Trabajador y la Trabajadora Cultural*. Em vigor, a lei prevê garantias salariais, regime de contribuição próprio para a seguridade social, a obrigatoriedade de contratos em observância à lei também para prestação de serviços e trabalhos em regime temporário – a depender da natureza do campo artístico – e ainda, que as jornadas de trabalho incluam o tempo dedicado à preparação das atividades (pesquisa, leitura, elaboração) destes profissionais²³.

No Brasil, as manifestações dos artistas e trabalhadores da cultura, assim como em muitos outros casos internacionais, também estão diretamente relacionadas às políticas públicas para o setor. Em 2011, a ocupação do prédio da Funarte, em São Paulo, teve como principal motivação o contingenciamento de dois terços do orçamento do Ministério da Cultura e o consequente cancelamento de diversos editais de incentivo e fomento à cultura e às linguagens artísticas²⁴. Mesmo no caso da greve dos arte-educadores e oficineiros das fábricas de cultura da Poiesis, em junho de 2016, por

¹⁸ WILLCHER, Kim. French arts workers threaten to shut down main festivals with strike. *The Guardian*, 13 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/jun/13/french-arts-workers-threat-festivals-strike-avignon>>. Acesso em 31 mar. 2017.

¹⁹ ARTISTS and cultural workers stage massive protests in Serbia. *ArtLeaks*, 13 jun. 2013. Disponível em: <<https://artleaks.org/2013/06/23/artists-and-cultural-workers-stage-massive-protests-in-serbia/>>. Acesso em 31 mar. 2017.

²⁰ HARDY, Sam. Cultural workers in Turkey prepare for hunger strike over underemployment. *Hyperallergic*, 28 out. 2014. Disponível em: <<https://hyperallergic.com/158974/cultural-workers-in-turkey-prepare-for-hunger-strike-over-underemployment/>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

²¹ KSVET co-founder still on hunger strike, protest now processing onto “next phase”. *RTV Slovenija*, 10 out. 2015. Disponível em: <<http://www.rtvlo.si/news-in-english/ksevt-co-founder-still-on-hunger-strike-protest-now-progressing-onto-next-phase/375997>>. Acesso em 31 mar. 2017.

²² EQUADOR. Ley Organica de Cultura de 30 de dezembro de 2016. *Registro Oficial*, ano IV, n. 913. Disponível em: <<http://www.culturaypatrimonio.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2017/01/Ley-Orga%CC%81nica-de-Cultura-APROBADA-Y-PUBLICADA.pdf>>. Acesso em 27 mar. 2017.

²³ VENEZUELA. Ley de Protección Cultural al Trabajador y la Trabajadora Cultural. *Gazeta Oficial*, n. 40.491. Disponível em: <http://www.mp.gob.ve/c/document_library/get_file?p_l_id=29946&folderid=5490756&name=DLFE-7954.pdf>. Acesso em 30 mar. 2017.

²⁴ BALZA, Guilherme. Artistas ocupam sede da Funarte em São Paulo para protestar contra o MinC. *UOL Notícias*, 25 jul. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/07/25/artistas-ocupam-sede-da-funarte-em-sao-paulo-para-protestar-contra-minc.htm>>. Acesso em 4 abr. 2017.

ocasião das demissões e redução das atividades culturais oferecidas na periferia da capital paulista, o principal motivo apresentado pelos trabalhadores foi o sucateamento dos equipamentos culturais públicos por meio de instituições privadas²⁵. Em março deste ano, trabalhadores da cultura se mobilizaram e organizaram a Frente Única de Cultura de São Paulo contra o congelamento de 43% da verba municipal destinada ao setor, sendo os primeiros segmentos afetados a dança e as oficinas de artes integradas que ocorrem na periferia.²⁶

O mercado cultural brasileiro, ao contrário do que se verifica nas políticas públicas de países como Equador e Venezuela, vem registrando poucos avanços no que tange o combate à precarização do trabalho. O fenômeno, histórico em si, não é exclusividade do setor cultural – este, aliás, está longe de ser o mais afetado pelos retrocessos que dela decorrem, haja vista o reconhecimento social, senão das condições da maioria dos trabalhadores, ao menos dos produtos gerados e imagens construídas por ele entre as inúmeras atividades laborais de que se tem conhecimento:

“É bom lembrar que os trabalhos, profissões e carreiras nas indústrias culturais raramente envolvem exigências físicas extenuantes ou tarefas que põem em perigo a pessoa que as executa. Eles quase nunca envolvem um tipo de trabalho que muitos outros vão achar insalubre ou desagradável (como um funcionário de limpeza em banheiros públicos, ou um enfermeiro que cuida de pacientes incontinentes). De fato, os trabalhos da indústria cultural são muitas vezes considerados como desejáveis e intrigantes, até mesmo glamourosos. Eles envolvem formas expressivas e comunicativas da atividade, que são altamente valorizadas por muitas pessoas nas sociedades modernas.”

(HESMONDHALGH, 2015: p. 180)

No entanto, o status socialmente atribuído ao mercado de trabalho cultural não deve ser impeditivo de uma análise aprofundada sobre as nuances e divisões sociais de trabalho implícitas neste setor. Isso tampouco quer dizer que haja insensatez em se tratar desta questão diante dos exemplos mais severos de precariedade constatados em muitas outras ocupações e campos de atuação. Ignorá-los seria tão leviano quanto invalidarmos o debate da precarização na esfera da cultura.

²⁵ PINA, Rute. Educadores entram em greve e denunciam sucateamento de Fábricas de Cultura em São paulo. *Brasil de Fato*, 21 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/21/educadores-entram-em-greve-e-denunciam-sucateamento-de-fabricas-de-cultura-em-sp/>>. Acesso em 4 abr. 2017.

²⁶ BOHEM, Camila. Protesto pede descongelamento de verba para cultura na cidade de São Paulo. *EBC Agência Brasil*, 27 mar. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-03/protesto-pede-descongelamento-de-verba-para-cultura-na-cidade-de-sao-paulo>>. Acesso em 4 abr. 2017.

Existem precedentes em legislações internacionais, como se pode verificar na França e nos países latino-americanos citados que, se não efetivas, ao menos visam assegurar dignidade às condições de trabalho no setor cultural, conferindo às atividades que o compõem o protagonismo dos trabalhadores enquanto sujeitos dotados de direitos e garantias sociais. O Brasil, por sua vez, atua de maneira favorável no aprimoramento jurídico e compensatório dos direitos autorais, mas isto, ainda assim, abrange uma pequena parcela do setor cultural, limitada aos artistas e formuladores de conteúdo que em geral pertencem às classes dominantes e que detém capital cultural suficiente para ocupar posições concorridas e de restrito acesso na divisão social do trabalho criativo/artístico/cultural em um campo de atuação que, talvez mais do que todos os outros, estabelece fronteiras nítidas, praticamente concretas, entre os fazeres e saberes intelectual e operacional²⁷.

Para além de uma análise voltada à divisão social do trabalho na cultura, o que por si só envolveria diferentes mapeamentos conforme as estruturas particulares de cada segmento – as diversas linguagens artísticas, a produção cultural, o patrimônio e o artesanato, entre outras –, o estudo da precarização talvez devesse envolver, sobretudo, as perspectivas dos profissionais do setor. Associada principalmente à informalidade, como já dito, em muitos casos este poderia ser considerado realmente o formato ideal de vínculo de trabalho àqueles cuja rotina de transitoriedade entre projetos temporários é mais frutífera para o desempenho artístico e conceitual de suas criações – profissionais da música, do teatro e da dança, por exemplo, o dirão. Ou seja, entre tantas variáveis e pontos de vista a serem considerados, dificilmente qualquer decisão no âmbito das políticas públicas – pressupondo-se que na esfera privada isso dificilmente seria objeto de discussão – deixaria de ser controversa sem que houvesse previamente um amplo diálogo com os atores sociais envolvidos nas diversas cadeias produtivas do setor.

Aproximar e estabelecer relações entre a temática da precarização do trabalho e o contexto do setor cultural implica, necessariamente, em lançar-se mão de instrumentos e parâmetros estatísticos apropriados para esta mensuração, por meio da coleta de dados específicos deste segmento, de forma a compreendê-lo em relação aos demais. Mais do que isso, faz-se necessário o mapeamento, por meio de metodologias de análise qualitativa, das dinâmicas inerentes às diferenciações na divisão social do trabalho deste campo. Não apenas em nível nacional, as análises iniciadas são ainda pouco

²⁷ ANTUNES, 2015, p. 106.

expressivas, seja no campo acadêmico seja no campo das políticas públicas – sendo neste último ainda muito incipiente e pouco direcionada às condições de trabalho na cultura e à heterogeneidade de seu conjunto, como veremos adiante.

O trabalhador da cultura nas políticas culturais

Não apenas no Brasil, a cultura enfrenta ainda hoje enormes desafios para se consolidar de forma sustentável, especialmente se considerarmos o espectro de segmentos e ocupações que dependem dos baixos orçamentos das políticas públicas para o setor. Mesmo com o crescimento dos recursos provenientes dos mecanismos de renúncia fiscal, a tendência privatista nas políticas públicas para a cultura não promove exatamente a sustentabilidade desta economia. Conforme aponta Rubim (2007), as políticas de incentivo beneficiam de fato apenas uma seleta parcela do setor cultural, nela concentrando o potencial econômico e a geração de renda conforme os interesses, estratégias de marketing e decisões das instituições com fins lucrativos²⁸ – fortemente concentradas no eixo Sul-Sudeste do país – que aderem a este modelo. O Estado brasileiro, apesar de com isso compensar parte do empobrecimento que acometeu o setor nos anos 1980, mantém reduzida a sua atuação no planejamento de políticas públicas de maior envergadura econômica e pluralidade direcionadas à cultura.

Os avanços nacionais, assim como os retrocessos, no que se refere a esta economia e ao mercado de trabalho cultural, especificamente, estão intimamente ligados ao potencial das políticas públicas para o setor²⁹. Dentre os mais recentes avanços, em nossa trajetória de tristes tradições, podemos mencionar que, desde a retomada do papel do Estado enquanto ente regulador das políticas para a cultura a partir de 2002³⁰, houve considerável ampliação dos mecanismos que a financiam por meio de editais de fomento com atenção aos diferentes campos que a compõem, bem como relativo empenho na descentralização destas políticas, como se pode observar, por exemplo, através da implementação de cotas regionais em editais e chamadas públicas para

²⁸ RUBIM, 2007, p. 110.

²⁹ A não utilização do termo “indústria cultural” no presente artigo se deve ao fato de a cultura, enquanto conceito antropológico e objeto de políticas públicas, não se limitar ao conjunto restrito da produção, em parte direcionada ao consumo ou inseridas no circuito do mercado de arte, abarcando também a salvaguarda de bens simbólicos materiais e imateriais, históricos e contemporâneos, que constituem modos de vida e podem ou não tornar-se base material das comunidades e atores sociais envolvidos em sua difusão e preservação.

³⁰ RUBIM, 2007, p. 11.

realização de projetos culturais, pesquisa e atividades de formação³¹, bem como o reconhecimento e apoio na manutenção dos diversos Pontos de Cultura que capilarizam o alcance das políticas culturais nas mais remotas regiões do país.

É importante ressaltar, porém, que tanto o trabalho quanto o trabalhador da cultura poucas vezes se tornaram pauta nos debates das políticas públicas para o setor. Instituído pela lei 12.343/2010, o Plano Nacional de Cultura (PNC) foi pioneiro ao definir como atribuição do poder público a regulação do mercado cultural, com vistas à ampliação dos níveis de emprego e renda no setor³². Dentre as 53 metas do PNC inicialmente apresentadas, duas delas se referem diretamente a este tema: a meta de número 11, que estabelece um aumento de 95% no número de empregos formais do setor cultural; e a meta de número 7, que propõe o mapeamento da cadeia produtiva de 100% dos segmentos que compõem a economia criativa nacional. De fato, é preciso que haja este mapeamento para que se possa partir em direção às propostas de ampliação dos índices de formalidade, bem como identificar as situações em que ela não é cabível a fim de que se elaborem alternativas de seguridade social a estes trabalhadores.

Além do PNC, alguns avanços vem sendo registrados em leis e projetos de lei que tramitam na câmara federal, em sua maioria direcionados a segmentos específicos. A lei 13.180/2015 institui apoio comercial e reconhece o ofício do artesão com carteira de trabalhador autônomo própria, permitindo a contribuição para a previdência social sem a necessidade de encargos com a manutenção de microempresas individuais. O projeto de lei 1.176/2011, em lenta tramitação, prevê reconhecimento por meio de titulação oficial e auxílio financeiro aos mestres e mestras da cultura popular de tradição oral. Em caráter conclusivo para aprovação, o projeto de lei 1.096/2011 (ao qual foi apensado o PL 7.982/2014, baseado na lei 15.776/2013 do município de São Paulo) prevê que os artistas de rua possam se apresentar sem necessidade de autorização prévia, bem como passar o chapéu para receber doações espontâneas. Ressalte-se apenas que iniciativas como estas, propostas por alguns poucos representantes do poder legislativo, promovem avanços que, apesar de necessários, são ainda muito pontuais e pouco ou nada orientados a conferir qualquer forma de seguridade social a estes trabalhadores. Mesmo quando preveem auxílio financeiro a estes atores sociais, isto se

³¹ Como no caso dos arranjos regionais e editais do Programa de Desenvolvimento do Audiovisual da Ancine (ver, por exemplo, chamada pública PRODAV 01/2013, item 1.2.2).

³² BRASIL. Lei 12,343 de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Art. 3º, inciso X.

pauta mais pela lógica da preservação dos bens simbólicos e manifestações culturais – o que é inteiramente legítimo – do que pelo ponto de vista do trabalhador da cultura.

Longe de ser uma exclusividade deste setor, é interessante observar ainda que, via de regra, nos editais de fomento e chamadas públicas para financiamento de projetos culturais, as preocupações no que se refere ao trabalho e ao combate à precarização limitam-se, assim como nos processos licitatórios em geral, à exigência da certidão de débitos trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, como requisito à homologação dos contratos. A forma como os produtores estabelecem vínculos com os trabalhadores culturais no decorrer destes projetos, entretanto, não é observada. Enquanto as auditorias detêm-se basicamente no enfoque tributário da prestação de contas, o que inclui a remuneração dos serviços prestados por estes profissionais, pouco se tem registrado oficialmente quanto à forma como estes vínculos são estabelecidos.

É de amplo conhecimento da comunidade de trabalhadores da cultura, todavia, que grande parte dos serviços prestados em projetos culturais não são de natureza eventual e por tempo determinado, o que por si só ensejaria enquadramento de vínculo conforme determina a Consolidação das Leis do Trabalho. Trata-se de uma rotina que, apesar da irregularidade, pode ser compreensível quando se tem por proponentes pequenos coletivos iniciantes que pretendem se inserir na produção cultural, ou mesmo, como anteriormente mencionado, quando este funcionamento é inerente à natureza de certos trabalhos artísticos e criativos. Porém verifica-se em muitos casos que esta é a condição do conjunto geral de trabalhadores culturais, que dificilmente atuam em um único projeto nas pequenas e grandes produtoras contempladas por editais de fomento – e no caso dos grandes financiamentos, que contemplam produtoras economicamente mais consolidadas, é ainda mais urgente e cabível o debate e a investigação acerca da precarização do trabalho e do papel do poder público neste combate.

O incremento das políticas culturais certamente colabora para o fortalecimento, também, de um mercado de trabalho cultural. No entanto, trata-se de um asseguramento econômico, indireto e informal, do ponto de vista trabalhista, àqueles que vivem da cultura. Não se trata de propor, aqui, uma ampla iniciativa estatal de regulamentação das atividades artísticas e culturais com vistas à formalização de todos os seus segmentos, até porque, diante da diversidade de saberes e fazeres que compõem o chamado setor cultural, isto não apenas se mostra inviável como talvez restritivo para algumas

realidades específicas de criação artística e produção de bens simbólicos. Como já observado, os padrões do mercado formal podem muito bem não ser aplicáveis a todos os diferentes contextos dos trabalhadores culturais, e qualquer medida por parte das políticas públicas lograria sucesso apenas mediante amplo diálogo com as diferentes frentes que compõem este setor. Caberá ao Plano Nacional de Cultura observar as inúmeras variáveis para o avanço dos índices de formalidade no setor cultural, porém o debate acerca da precarização nas diversas esferas de atuação deste campo não poderá depender disso para ser iniciado.

Mapear a precarização: afinal, quem são os trabalhadores da cultura?

Considerando-se a ausência de indicadores consolidados para o mapeamento da precarização no setor cultural brasileiro³³, a análise dos escassos dados deste mercado de trabalho requer, antes de mais nada, não apenas o estabelecimento de consensos metodológicos acerca dos elementos que a configuram, como também a definição do espaço amostral a ser analisado. Em sua última publicação referente a levantamentos estatísticos para a cultura e a padronização das variáveis e métodos a serem adotados por seus Estados-membros, a UNESCO (2009) propõe uma importante consideração: trata-se da diferenciação entre o conjunto das *ocupações culturais* – profissões relacionadas à criação, produção, difusão ou preservação de bens simbólicos inseridas, ou não, no mercado cultural propriamente dito – do conjunto geral de ocupações, culturais ou não, que compõem as bases do chamado *setor cultural*. Uma prévia destes dois agrupamentos pode ser verificada no *quadro 1*.

Como se pode notar por meio desta diferenciação, o mercado de trabalho cultural a ser analisado em estudos e levantamentos estatísticos pode ser muito mais amplo do que o espectro das ocupações estritamente ligadas aos fazeres artísticos e da produção cultural. Por esta perspectiva, quando se leva em consideração o setor cultural

³³ Mesmo com a inauguração do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) pelo Ministério da Cultura, em 2014, ainda hoje não foram disponibilizados dados acerca do mercado de trabalho cultural nesta plataforma. As pesquisas, geralmente realizadas por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, baseiam-se nas bases de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). O PNAD, apesar de lançar mão da metodologia estatística mais confiável para levantamento de dados (amostra domiciliar), alcançando inclusive as difíceis estimativas acerca da informalidade, é composto de um amplo questionário direcionado a diversos mapeamentos sociodemográficos, dentre os quais o acesso à educação, ao trabalho, à justiça e à saúde e o mapeamento da distribuição de renda em nível nacional. O RAIS e o CAGED se baseiam em informações oficiais fornecidas pelos empregadores, ou seja, restringem-se exclusivamente ao mercado de trabalho formal (os chamados “trabalhadores com carteira”), deixando de abranger, assim, grande parte do conjunto de trabalhadores culturais sob outras formas de vínculo empregatício.

| OCUPAÇÕES CULTURAIS | SETOR CULTURAL |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Arquitetos 2. Profissionais de publicidade 3. Profissionais de documentação, conservação e patrimônio 4. Profissões literárias 5. Profissionais das artes e dos espetáculos 6. Fotógrafos 7. Artes plásticas e design 8. Arte popular e artesanato | <ol style="list-style-type: none"> 1. Edição e livraria 2. Comunicações 3. Sistemas restritos de informação (TI, mídia interativa) 4. Arquitetura 5. Publicidade 6. Rádio e televisão 7. Outras atividades artísticas e de espetáculos 8. Conservação do patrimônio 9. Atividades desportivas e lazer |

Quadro 1 – Sínteses dos conjuntos diferenciados de análise amostral proposto pela UNESCO (2009)

como um todo, trabalhadores de diferentes campos de atuação passam a ser inseridos neste conjunto de análise pelo papel estrutural que desempenham nas diversas cadeias produtivas que pertencem a este segmento econômico, especialmente em se tratando de empresas e instituições mais consolidadas, onde são imprescindíveis os profissionais de contabilidade, tecnologia da informação, direito e administração, por exemplo. Se o setor cultural, com todas as suas particularidades e dificuldades econômicas, torna-se por isso “laboratório” ideal para o estudo das diversas formas de flexibilização de vínculos empregatícios, sabemos desde então que, independentemente da formação e campos particulares de atuação de seus profissionais, estes estão mais sujeitos à precarização do que os demais setores estabelecidos economicamente.

Cabe observar, no entanto, que os profissionais deste setor que exercem funções que, em sua origem, não pertencem ao domínio cultural propriamente dito podem, ainda, encontrar em outros domínios alternativas menos vulneráveis à precarização. Não se trata aqui de excluí-los desta análise devido às demais possibilidades que lhes são colocadas, haja vista que, via de regra, é o mercado quem decide onde nos encaixamos profissionalmente, e não o contrário. No entanto, para as diversas funções estritamente ligadas à produção cultural e aos bens simbólicos – assistentes de produção, roteiristas, pintores, técnicos de iluminação, cenografistas, bibliotecários, artesãos, ceramistas, contadores de história, restauradores etc – outras opções no mercado de trabalho ensejariam, muito provavelmente, o afastamento de suas aptidões, experiências e formações prévias, conquistadas no setor cultural ou desde muito antes com vistas a ele.

Ambas as abordagens são de suma importância para o mapeamento das reais condições do mercado de trabalho cultural e é por meio destas duas categorizações que podemos identificar e denominar os agrupamentos profissionais entre o que se pode chamar de *trabalhadores da cultura* e *trabalhadores culturais*³⁴. Se no primeiro caso é possível encontrar profissionais exercendo funções que, no mercado de trabalho geral, possuem práticas de remuneração e de vínculos empregatícios que possam servir de referência ao que poderá ser praticado no setor cultural – práticas estas que bem podem se basear em formas menos precarizadas do exercício destas profissões –, no que se refere aos trabalhadores culturais³⁵ isto não é uma realidade. Neste caso, o exercício profissional se pauta unicamente pelas práticas desenvolvidas no interior de um setor que ainda se constrói enquanto mercado de trabalho, ou seja, com menos consensos e regras que definam objetivamente as formas de empregabilidade e os critérios de remuneração destes profissionais. Entre estes dois grupos, portanto, são os trabalhadores culturais quem se encontram mais expostos à precarização.

Considerando-se, pois, mais este fator, ao mesmo tempo revelador e implícito à diferenciação dos dois conjuntos de profissionais, é possível então avançarmos rumo a uma perspectiva crítica acerca de alguns levantamentos e estudos oficiais já desenvolvidos no que se refere ao mercado de trabalho cultural brasileiro.

A pesquisa *Diferenciais salariais para o setor cultural e ocupações artísticas no Brasil* (NETO et al, 2012) reconhece a incipiência de estudos relativos ao tema e identifica em muitos deles limitações no que se refere ao espaço amostral analisado: por vezes abordando apenas a realidade das regiões metropolitanas do país, muitos deles considerando, ainda, apenas os artistas como trabalhadores deste setor³⁶. O estudo analisa a base de dados do PNAD/IBGE entre os anos de 2002 e 2007 e sua importância consiste em afirmar a pouca efetividade dos estudos já realizados com relação aos diferenciais salariais no interior deste setor, considerando inúmeras variáveis que poderiam ser incluídas para uma maior aproximação dos resultados estatísticos à sua realidade. O artigo propõe a utilização de ferramentas de correção de viés pelo procedimento de Heckman e controle de efeitos fixos com a decomposição de Oaxaca, no entanto é acrítico, ao não ensejar qualquer questionamento quanto aos resultados já

³⁴ A expressão “trabalhadores culturais” é recorrente em estudos realizados nos países de língua espanhola (“trabajadores culturales”), daí a sugestão de se atribuir estas diferentes nomenclaturas a estes os dois grupos também na língua portuguesa.

³⁵ UNESCO, 2009, pp. 74-80

³⁶ IPEA, 2012, p. 51.

obtidos nos estudos anteriores que menciona, a não ser pela insuficiência do método científico aplicado nestas apurações.

Se os estudos a que se refere afirmam, por exemplo, que o setor cultural remunera em média 30% a mais os seus profissionais em relação aos demais setores da economia, as variáveis utilizadas em sua correção de viés a estimam em 26%, o que ainda é controverso por manter o fator divisão do trabalho matematicamente intangível nas estimativas. Quanto a este fator, a única aproximação que se tem quanto ao seu mapeamento é a constatação de que, em relação aos demais trabalhadores que compõem o setor cultural, os artistas possuem remuneração 30% superior³⁷ – a definição de “artista”, ainda assim, não é apresentada.

O estudo *A evolução do Mercado de trabalho cultural: 2002-2008* (IPEA, 2011), que visa analisar o comportamento do mercado de trabalho cultural no período também a partir dos resultados anuais do PNAD/IBGE, é bastante completo por levar em consideração as duas divisões propostas pela UNESCO – *profissões estritamente culturais* e *setor cultural* como um todo –, bem por fazer uma análise comparativa de seus efeitos nas regiões metropolitanas e na média geral do país. Analisa, ainda, fatores sociais como o processo de feminização das ocupações e a composição racial do setor.

Os resultados deste estudo, no entanto, pela própria aderência que possui ao modelo proposto pela UNESCO³⁸, são comprometidos por uma desconsideração prévia e ainda sem alternativas metodológicas postas para sua minimização, especialmente no quesito renda: ambas as categorias do *setor cultural* e das *ocupações culturais* abrangem profissionais cujas médias salariais isoladas podem ser, ao que tudo indica, superiores à da grande maioria dos trabalhadores destes dois conjuntos, fazendo com que a estimativa da média total se eleve. Como exemplo disso no setor cultural, temos a mão de obra, em geral de alta qualificação, dos profissionais de tecnologia da informação e telecomunicações. Já dentre as ocupações culturais, destacam-se como profissões com provável renda superior à média geral os arquitetos e profissionais de publicidade e marketing. Além disso, da mesma forma que no estudo anteriormente mencionado, a questão da divisão social do trabalho no interior destas duas categorias permanece intangível ao alcance estatístico.

³⁷ IPEA, 2012, p. 62.

³⁸ IPEA, 2011, pp. 230-231

A publicação *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento* (IPEA/MinC, 2007), que precedeu a publicação dos parâmetros para levantamentos estatísticos da UNESCO, utilizou-se de uma definição própria para a composição dos segmentos que integram o setor cultural. A maior diferença em relação aos demais estudos mencionados encontra-se na inclusão da educação – sem distinção entre os campos que a integram – neste conjunto, o que ocasionou consideráveis desvios nas estatísticas apuradas, haja vista que este segmento passou a representar 56,8% do mercado de trabalho cultural considerado. O estudo, que compreende o período entre os anos de 1992 e 2001 e utilizou, assim como os anteriormente mencionados, a base de microdados do PNAD/IBGE, concluiu que os fatores remuneração média, índice de informalidade e número de horas trabalhadas revelam melhores condições de trabalho no setor cultural em relação ao demais, sendo que em todos eles o segmento educação provoca grandes desvios de tendência positivos.

Apesar de os dados apresentados nesta publicação estarem completamente comprometidos pelas distorções provocadas por este segmento particular, o estudo foi selecionado nesta análise justamente por incorporá-lo, antecipando uma tendência que seria considerada posteriormente pela UNESCO (2009) na segunda edição de sua publicação de parâmetros estatísticos para a cultura – a primeira edição, publicada em 1986, não abrangia o segmento educação. Para abrangê-lo, no entanto, foram considerados, com base nos padrões internacionais de classificação de ocupações mais amplamente utilizados pela organização³⁹, apenas os campos da educação, formal ou não-formal, que abrangem de forma transversal apenas os domínios culturais e relacionados compreendidos no estudo⁴⁰, conforme apresentado no *quadro 2*.

O que se pode concluir com base nos estudos acerca do mercado de trabalho cultural é que predomina o enfoque econômico do setor ante a composição de seus trabalhadores e, sobretudo, suas identidades. Somente a partir de uma prospecção por outros vieses, que não apenas o estatístico, seria possível realizar a tarefa de identificar, para uma maior definição de critérios, os chamados trabalhadores da cultura e, com isso, compreender as dinâmicas de cada cadeia produtiva do setor – não apenas com vistas ao seu mapeamento econômico, como almeja uma das metas do Plano Nacional de Cultura, mas também com o intuito de se compreender a divisão social do trabalho

³⁹ International Standard Classification of Occupations (ISCO 08) e International Standard Classification of Education (ISCED), entre outras.

⁴⁰ UNESCO, 2009, p. 24

| CAMPOS CULTURAIS (Cultural domains) | | | | | |
|--|--|---|--|--|---|
| Patrimônio Cultural e Natural (Cultural and Natural Heritage) | Artes do Espetáculo (Performance and Celebration) | Artes visuais e Artesanato (Visual Arts and Craft) | Editorial e Imprensa (Books and Press) | Audiovisual e Mídias Interativas (Audio-visual and Interactive Media) | Design e Serviços Criativos (Design and Creative Services) |
| CAMPOS RELACIONADOS (Related domains) | | | | | |
| Turismo (Tourism) | | | Atividades Esportivas e Recreação (Sports and Recreation) | | |

Quadro 2 – Domínios culturais e relacionados, conforme proposição da UNESCO (2009)

inerente a estas diversas cadeias. Pode-se afirmar que, não apenas por essas lacunas, ainda presentes em tais estudos, neles predomina uma análise economicista do mercado de trabalho cultural que, embora reconheça o dinamismo e o potencial do setor, não abrange as dimensões sociais da precarização. Seus efeitos, até o momento, somente podem ser observados mediante análises transversais baseadas em dados que ainda se mostram insuficientes para tal mapeamento.

A partir destas considerações, podemos igualmente inferir que a predefinição metodológica proposta pela UNESCO, assim como qualquer classificação para fins estatísticos, se mostra funcional para o levantamento de dados e a formulação de indicadores favoráveis ao estudo da precarização. No entanto, a coleta de informações com base nos parâmetros propostos pelo relatório do *2009 Framework for cultural statistics* deve ainda levar em consideração que, por mais envergadura e empenho depositado na complexa tarefa de definir os conjuntos setorial e de ocupações da cultura, ainda é passível de oferecer inconsistências aos indicadores culturais por ser direcionada à uma uniformização que possibilite a comparação internacional dos dados da economia da cultura entre os países que aderirem a esta metodologia. É necessário analisar, especialmente no caso das ocupações, se algumas delas não são entendidas como não pertencentes ao campo ao setor cultural – como, por exemplo, os profissionais de educação ambiental, cartografia, marketing e relações públicas. Mas a negociação destes consensos entre as especificidades locais, os entendimentos de um estudo de abrangência internacional e as considerações dos próprios trabalhadores culturais quanto ao que os define é assunto para outra discussão.

Considerações finais

A partir da perspectiva de que não apenas o campo das profissões artísticas, mas o setor cultural como um todo, enquanto mercado de trabalho, configura-se em um grande laboratório de flexibilidade – sendo este o paradigma da precarização –, tem-se por certo que os estudos acerca deste fenômeno social são de suma importância tanto para o mapeamento das reais condições de trabalho daqueles que fazem da Cultura o seu ganha-pão, quanto para a possibilidade de formulação de políticas públicas que possam minimizar os seus efeitos. Para além das idealizações que cercam o fazer artístico e o trabalho cultural, é necessário analisar as dinâmicas que compõem as suas diversas cadeias produtivas, com especial atenção à divisão social do trabalho que lhes oferece sustentação.

Os estudos a este respeito são ainda incipientes, de forma que enquanto as abordagens de viés sociológico e qualitativo permanecem restritas a contextos e segmentos específicos – em sua maioria relacionados às artes –, os levantamentos de dados estatísticos abrangem um espaço amostral que desconsidera peculiaridades e cometem desvios em seus resultados por não disporem de instrumentos metodológicos que melhor delimitem a composição dos conjuntos *setor cultural* e *ocupações culturais*. Em ambos os casos, peca-se pela ausência de proposições no que se refere à análise da divisão social do trabalho nas artes e na cultura, bem como pelo pouco tratamento dado à identidade e à perspectiva dos trabalhadores do setor.

As lacunas e obstáculos impostos pela falta de estudos que referenciem a precarização do trabalho propriamente dita no setor cultural, entretanto, não podem ser impeditivas de um amplo debate que aproxime os trabalhadores culturais das esferas do poder que gerem as políticas públicas para o setor. Em comunicação estabelecida com o Ministério da Cultura para disponibilização de materiais relativos à temática da precarização do trabalho⁴¹, foi verificado que o órgão não dispõe de câmaras setoriais que se debrucem sobre o tema e não possui conhecimento de que isto já tenha ocorrido – apesar de haver registros de um Grupo de Trabalho sobre a temática Trabalho e Tributação em 2006. O fato de não ser uma instituição produtora de microdados relativos ao mercado de trabalho, conforme afirmado, não poderá, igualmente, impedir que se aproxime da questão, haja vista os acordos estabelecidos publicações realizadas

⁴¹ O histórico desta comunicação está anexado ao final deste artigo.

em parceria com instituições que o produzam, como é o caso do IBGE e do IPEA – um dos estudos cooperados, inclusive, foi abordado neste artigo.

Para além das considerações acerca do dinamismo e do efeito multiplicador da cultura na economia, é necessário e justo conferir um reconhecimento não apenas prestigioso aos atores sociais que a promovem. Especialmente no que se refere aos trabalhadores da cultura – que não se limitam apenas aos artistas e produtores que assinam a arte final e o resultado de obras e projetos concebidos por múltiplas mãos –, faz-se mais necessário ainda provê-los de condições que assegurem a perenidade de seus fazeres e a transmissão de seus saberes com garantias sociais mínimas que lhes permitam sobreviver aos riscos da flexibilidade e aos avanços da precarização.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015 - 16^o edição.

BARBIER, Jean-Claude. A comparative analysis of “employment precariousness” in Europe. SEMINAR - LEARNING FROM EMPLOYMENT AND WELFARE POLICIES IN EUROPE. Paris: Centre d’Études de L’Emploi, 2014. p. 3. Disponível em <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---actrav/documents/meetingdocument/wcms_161301.pdf>.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 2001, vol.15, n. 2, pp.73-83. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em 23 fev. 2017.

CERQUEIRA, Amanda C. P. Teorizações do trabalho imaterial: a produtividade do artista no mundo do trabalho. Cadernos CEMARX – Centro de Estudos Marxistas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 2015, n. 8. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/issue/view/128/showToc>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

HESMONDHALGH, David. Conteúdo gerado pelo usuário, “trabalho livre” e as indústrias culturais. Tradução: *Revista Eptic*, Universidade Federal de Sergipe, vol. 17, n. 1, p. 161-184, jan./abr. de 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/3382/pdf>>. Acesso em 8 abr. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA.. A evolução do Mercado de trabalho cultural: 2002-2008. In Situação social brasileira: monitoramento das condições de vida. Org. Jorge Abrahão de Castro, Fábio Monteiro Vaz. Vol. 1. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/ livro_situacaosocial.pdf> . Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. O mercado de trabalho nas atividades culturais no Brasil, 1992-2001. In Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento. Brasília: IPEA/MinC, 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/cadvol3.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

NETO, Almir B. Ferreira et al. Diferenciais salariais para o setor cultural e ocupações artísticas no Brasil. *Revista Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, vol. 16, n. 1, jan-mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502012000100003> . Acesso em: 16 abr. 2017.

RUBIM, Antonio Albino C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia – Programa de Pós-Graduação em Semiótica PUC-SP*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

_____. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlbinoRubim.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2017.

SEGNINI, Liliana R. P. Criação rima com precarização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13, 2007, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1196&Itemid=171>. Acesso em 8 abr. 2017.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. 2009 *Framework for cultural statistics*. Montreal: UNESCO Institute for Statistics, 2009. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/Library/Documents/framework-cultural-statistics-culture-2009-en.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

_____. *Cultural employment indicators*. Montreal: UNESCO Institute for Statistics, 2015. Disponível em <<http://uis.unesco.org/en/news/cultural-employment-2016-data-release>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

ANEXO

**HISTÓRICO DE COMUNICAÇÃO ESTABELECIDADA COM O
MINISTÉRIO DA CULTURA ATRAVÉS DO E-SIC – SISTEMA
ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO
PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE EVENTUAIS MATERIAIS E
PUBLICAÇÕES REFERENTES À TEMÁTICA PRECARIZAÇÃO
DO TRABALHO NO SETOR CULTURAL**

Dados do Pedido

| | |
|----------------------------------|--|
| Protocolo | 01590000197201701 |
| Solicitante | Tatiana Gentil do Prado |
| Data de Abertura | 20/02/2017 23:39 |
| Orgão Superior Destinatário | MinC – Ministério da Cultura |
| Orgão Vinculado Destinatário | |
| Prazo de Atendimento | 23/03/2017 |
| Situação | Respondido |
| Status da Situação | Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC) |
| Forma de Recebimento da Resposta | Pelo sistema (com avisos por email) |
| Resumo | Pesquisa acadêmica: Solicitação de acesso às pesquisas qualitativas realizadas pelo ministério e à sua respectiva base de dados e indicadores do trabalho no setor cultural. |
| Detalhamento | Prezados, |

Estou realizando uma pesquisa acadêmica para concluir minha especialização em Gestão de Projetos Culturais.

O tema que estou desenvolvendo em meu projeto refere-se à precarização do trabalho no setor cultural, e eu gostaria de saber se o MinC ainda possui alguma câmara setorial ou GT que investigue o tema, nos moldes da que existiu em 2006 (GTT Trabalho e Tributação). Seria importante ter acesso ao material que vocês produziram, informações que coletaram. A ideia é justamente observar o que e o quanto já se produziu a respeito.

Elencarei abaixo algumas questões:

- A UNESCO está em fase de conclusão do relatório mundial sobre empregabilidade no setor cultural, sua base de dados já disponibiliza alguns dados a respeito do Brasil. Vocês ainda estão em fase de coleta de dados? Utilizaram os parâmetros da UNESCO para iniciar a pesquisa ou já possuíam material próprio a respeito?

- Com relação à publicação quanto à pesquisa de Indicadores Culturais do IBGE 2007-2010, sendo de 2012, é anterior às fontes utilizadas na pesquisa do relatório anual da UNESCO (2013). Poderiam disponibilizar os dados mais atualizados?

Caso não haja relatórios reunindo as informações gerais quanto a estes indicativos da economia e trabalho no setor cultural, poderiam explicar como disponibilizam estas informações à UNESCO?

Agradeço desde já e coloco-me à disposição para melhor detalhar o que colaboraria com meu trabalho de conclusão.

Tatiana

Dados da Resposta

Data de Resposta 23/03/2017 16:25
Tipo de Resposta Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta Resposta solicitada inserida no e-SIC

Resposta Prezado (a) Sr. (a),

Encaminhamos, em anexo, respostas elaboradas pela Subsecretaria de Gestão Estratégica - SGE e pela Secretaria da Economia da Cultura - SEC.

Anexo: pedimos que verifique os arquivos anexados a esta mensagem.

O Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Cultura agradece o seu contato e coloca-se à disposição para outras informações.

Atenciosamente,

OUVIDORIA - OUV/GM/MINC
Coordenação de Atendimento e Acesso à Informação
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 3º Andar
CEP: 70068-900 - Brasília/DF
E-mail: sic@cultura.gov.br / ouvidoria@cultura.gov.br
Telefone: +55 (0XX61) 2024-2317 / 2024-2245
Você conhece a Carta de Serviços ao Cidadão do MinC? Acesse <http://culturadigital.br/servicoscultura/>

Nos termos do art. 21 do Decreto nº 7.724, V.Sa. poderá apresentar recurso no caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Responsável pela Resposta Subsecretaria de Gestão Estratégica e Secretaria da Economia da Cultura
Destinatário do Recurso de Primeira Instância: Subsecretária de Gestão Estratégica e Secretária da Economia da Cultura
Prazo Limite para Recurso 03/04/2017

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido Cultura, Lazer e Esporte
Subcategoria do Pedido Cultura

Número de Perguntas 3

Histórico do Pedido

| Data do evento | Descrição do evento | Responsável |
|------------------|---|------------------------------|
| 20/02/2017 23:39 | Pedido Registrado para o Órgão MinC – Ministério da Cultura | SOLICITANTE |
| 21/02/2017 08:33 | Pedido em Atendimento | MinC – Ministério da Cultura |
| 13/03/2017 16:30 | Pedido Prorrogado | MinC – Ministério da Cultura |
| 23/03/2017 16:25 | Pedido Respondido | MinC – Ministério da Cultura |



MINISTÉRIO DA CULTURA

Memorando SEI nº 9/2017/CGEST/SGE/SE

Brasília, 02 de março de 2017.

À Ouvidoria,

Assunto: **solicitação de informações referente a pesquisa acadêmica**

1. Em atenção ao Despacho SGE 0239373 e ao pedido 0236447, cabe prestar as seguintes informações, no âmbito das atribuições da Coordenação-Geral de Estatísticas e indicadores da Cultura, em relação as questões que foram solicitadas:
 - o No que concerne a participação da Coordenação-Geral de Estatísticas e Indicadores da Cultura em câmara setorial que trate como tema a precarização do trabalho no setor cultural, cabe informar que esta Coordenação não participa em quaisquer câmaras desta natureza e que por esta razão não dispõe de material próprio que trate a respeito do tema em questão;
 - o Em relação a solicitação de dados para subsidiar a pesquisa, informamos que os dados mais atuais de que temos conhecimento a respeito do mercado de trabalho na área da cultura foram publicados em 2013, no periódico Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2010, oriundo de parceria realizada entre o Ministério da Cultura e o IBGE. As informações para consulta podem ser facilmente obtidas no site do IBGE: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2010/.
 - o No que se refere a sua demanda por auxílio na pesquisa com informações que subsidiem o levantamento de dados, sugere-se consultar informações a respeito do programa de Disseminação e Estatísticas do Trabalho (PDET). Segundo o referido programa, o Ministério do Trabalho disponibiliza sua base de dados do mercado de trabalho *on line* para consulta. Para maiores informações, solicita-se realizar consulta ao seguinte link: <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>.
 - o No que concerne a indagação referente as fontes de informação que subsidiam os Relatórios da UNESCO, não há como fazer conjecturas a este respeito. Há uma multiplicidade de informações referentes ao mercado de trabalho no setor cultural disponíveis para pesquisa que podem facilmente ser obtidas fora do âmbito do Ministério da Cultura. Cabe citar o Ministério do Trabalho que produz dados de mercado de trabalho cujas fontes são a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregado) ou pelo próprio IBGE que produz estatísticas do Mercado de Trabalho pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e que podem subsidiar a composição de relatórios e estatísticas internacionais referente ao mercado de trabalho do setor cultural.
 2. Desta forma, em virtude do Ministério da Cultura não ser um produtor de microdados relativos ao mercado de trabalho, seria interessante investigar outras instituições produtoras destes dados estatísticos de modo a subsidiar o desenvolvimento da sua pesquisa.
- Documentos I - Digite aqui a descrição do documento (SEI nº #####).
- Relacionados: II - Digite aqui a descrição do documento (SEI nº #####).
- III - Digite aqui a descrição do documento (SEI nº #####).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antônio Gouveia de Oliveira, Coordenador(a)-Geral**, em 09/03/2017, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0241602** e o código CRC **17A31322**.

Referência: Processo nº 01590.000197/2017-01

SEI nº 0241602



MINISTÉRIO DA CULTURA

Memorando SEI nº 2/2017/CGPNM/DSI/SEC

Brasília, 10 de março de 2017.

À Ouvidoria,

Assunto: **solicitação de informações referente à pesquisa acadêmica**

1. Em atenção ao Despacho SEC 0239423 referente ao pedido 0236447, no âmbito das atribuições da Coordenação Geral de Pesquisa e Novos Modelos (CGPNM), cumpre informar o seguinte:

- Esta Coordenação não participa em câmara setorial ou Grupo de Trabalho sobre o tema do projeto "precarização do trabalho no setor cultural";
- Quanto às contribuições com materiais de pesquisa sobre o tema, além das indicações dispostas em Memorando SEI nº 9/2017/CGEST/SGE/SE 0241602, sugere-se consultar as publicações realizadas, bem como os vídeos de eventos promovidos pela equipe do Observatório em Economia Criativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul disponíveis no [link http://www.ufrgs.br/obec/#pagina-acervo](http://www.ufrgs.br/obec/#pagina-acervo) e publicações sobre economia da cultura acessíveis pela plataforma *Recria* (Rede de Economia da Cultura Criativa) no [link http://recria.ihac.ufba.br/publicacoes-2/](http://recria.ihac.ufba.br/publicacoes-2/).

2. Nesse sentido, a CGPNM entrou em contato com o pesquisador Frederico Barbosa, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA por *e-mail*, o qual se dispôs a contribuir com materiais afetos ao tema. Assim, solicita-se os contatos da Requerente, para que seja efetivada a comunicação de seu interesse.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luana Fonseca Oliveira Pires, Servidor(a)**, em 13/03/2017, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0248077** e o código CRC **218EE4E7**.



MINISTÉRIO DA CULTURA

Memorando SEI nº 3/2017/CGPNM/DSI/SEC

Brasília, 23 de março de 2017.

À Ouvidoria,

Assunto: **Requerimento de acesso à informação**

1. Em atenção ao Memorando 182 (0257977) e considerando que a Coordenação de Pesquisa e Novos Modelos- SEC, encaminhou resposta ao pedido em apreço *vide* Memorando 2 (0248077), informamos que os contatos da Requerente foram encaminhados por e-mail ao Sr. Frederico Barbosa, servidor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para demais esclarecimentos e troca de informações atinentes ao objeto da demanda (0258505).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luana Fonseca Oliveira Pires, Servidor(a)**, em 23/03/2017, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0258510** e o código CRC **5DF31ECF**.

Luana Fonseca Oliveira Pires

De: Luana Fonseca Oliveira Pires <00123547164@cultura.gov.br>
Enviado em: quinta-feira, 23 de março de 2017 14:28
Para: 'frederico.barbosa@ipea.gov.br'
Assunto: Requerimento de acesso à informação
Anexos: Solicitação de acesso ao acervo.pdf

Prioridade: Alta

Prezado Sr. Frederico Barbosa,

A Coordenação de Pesquisa e Novos Modelos recebeu requerimento de **Tatiana Gentil do Prado** no qual solicita **acesso às pesquisas qualitativas constantes do acervo do MinC e à sua base de dados e indicadores do trabalho no setor cultural**. O tema a ser desenvolvido no projeto refere-se à precarização do trabalho no setor cultural. A pesquisadora ressaltava que essas informações são relevantes para a conclusão de sua especialização em Gestão de Projetos Culturais (**segue anexa a solicitação**). Após contato anterior com o Coordenador Geral de Pesquisa e Novos Modelos, Geraldo Horta, e tendo em vista a solicitude de Vossa Senhoria no que diz respeito à colaboração, mediante contato direto com a requerente, segue o endereço eletrônico tatianagentil@gmail.com.

Atenciosamente,

Luana Fonseca Oliveira Pires
Técnico de Nível Superior
Secretaria da Economia da Cultura
SCS 09, Lote "C", Torre "B", 10º andar – Ed. Parque Cidade
CEP: 70308-200 – Brasília/DF
E-mail: luana.pires@cultura.gov.br
Telefone: +55(61)2024-2961



Tatiana Gentil <tatianagentil@gmail.com>

Notas sobre o mercado de trabalho cultural

Frederico Augusto Barbosa da Silva <frederico.barbosa@ipea.gov.br>
To: Tatiana Gentil <tatianagentil@gmail.com>

Mon, Mar 27, 2017 at 11:41 AM

Olá,

A inclusão é só para comparação. A Fundação João Pinheiro fez esta comparação na década de 1990 e virou senso comum, provavelmente pelo dinamismo do setor automotivo. Acho a comparação interessante, mas dispensável. Coloquei alimentos e vestuários junto, rs. Dispensável, também.

Frederico

De: Tatiana Gentil <tatianagentil@gmail.com>
Enviado: segunda-feira, 27 de março de 2017 10:46
Para: Frederico Augusto Barbosa da Silva
Assunto: Re: Notas sobre o mercado de trabalho cultural

Frederico, bom dia. Tudo bem?

Agradeço desde já o seu retorno. Gostaria de tirar uma dúvida apenas: poderia me explicar o motivo de ser incluído no estudo sobre o mercado de trabalho cultural o CNAE de fabricação e montagem de veículos automotores?

Obrigada,
Tatiana

2017-03-24 10:49 GMT-03:00 Frederico Augusto Barbosa da Silva
<frederico.barbosa@ipea.gov.br>:

Prezada Tatiana,

Seguem duas atualizações de informações a respeito do mercados de trabalho cultural no Brasil. São esboços de Notas Técnicas feitas a pedido do presidente do Ipea e não foram publicadas; portanto, estão sem revisões formais.

Espero que tenham utilidade.

28/04/2017

Gmail - Notas sobre o mercado de trabalho cultural

Frederico Barbosa

Pesquisador IPEA/DISOC